

PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO PÓS-BNCC

PERSPECTIVES ON ASSESSMENT IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: A POST-BNCC REVIEW

PERSPECTIVAS SOBRE LA EVALUACIÓN EN LA EDUCACIÓN DE LA PRIMERA INFANCIA: UNA REVISIÓN POST-BNCC

Elísia Samaia Nunes Lima Neves¹ 0009-0004-3699-7137
Heldina Pereira Pinto Fagundes² 0000-0001-8393-3700

¹ Universidade do Estado da Bahia – Guanambi, Bahia, Brasil; neveselisia6@gmail.com

² Universidade do Estado da Bahia – Salvador, Bahia, Brasil; hfagundes@uneb.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal analisar as orientações e concepções de avaliação na Educação Infantil, considerando produções acadêmicas publicadas após a implementação da BNCC. Além disso, busca compreender as implicações dessas orientações para a prática pedagógica. O texto é recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento e apresenta uma revisão da literatura sobre o tema. As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da Capes e nos Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped). É um estudo qualitativo, que requer uma atenção especial a aspectos a serem analisados. Autores como Kramer (1993), Hoffmann (1991, 1996), Luckesi (1998), Glap (2013), Bogdan (2013) e Dorsan (2020), entre outros, fundamentaram as discussões iniciais deste estudo. As principais análises e discussões tiveram como focos: as teorizações sobre avaliação na Educação Infantil; as experiências, concepções de avaliação e instrumentos avaliativos; as legislações que influenciam as orientações das práticas avaliativas no contexto pós-BNCC. Os resultados alcançados evidenciaram um quantitativo de estudos consideravelmente escasso e que, mesmo com a BNCC em vigor, outras legislações contemporâneas exercem fortes influências nesse campo. As concepções de avaliação estão pautadas em aspectos descritivos, objetivos e subjetivos, mas há discrepâncias no que diz respeito ao seu uso. A análise foi fundamental para confirmar a urgência de novas pesquisas nesse campo e a necessidade de discussões críticas sobre as legislações e teorias educacionais, tendências e concepções que orientam a avaliação na Educação Infantil.

Palavras-chave: avaliação; educação infantil; concepções; orientações curriculares; legislações.

Abstract: This article aims to analyze assessment guidelines and concepts in Early Childhood Education, considering academic works published after the implementation of the BNCC (Brazilian National Curricular Framework). Furthermore, it seeks to understand the implications of these guidelines for pedagogical practice. The text is an excerpt from an ongoing Master's research project and presents a literature review. The searches were conducted in the CAPES Journals Portal and in the Proceedings of the National Meetings of the National Association for Research in Education (Anped). This is a qualitative study, as it requires special attention to aspects that can be analyzed. Authors such as Kramer (1993), Hoffmann (1991, 1996), Luckesi (1998), Glap (2013), Bogdan (2013), Dorsan (2020), among others, supported the initial discussions of this study. The main analyses and discussions focused on: theorizing

about assessment in Early Childhood Education; experiences, assessment concepts, and assessment instruments; and the relevant legislation that influences assessment practices in the post-BNCC context. The results revealed a considerably scarce number of studies and that, even with the BNCC in force, other contemporary legislation continues to exert strong influences in this field. Assessment concepts are based on descriptive, objective, and subjective aspects, but there are discrepancies in the uses of these concepts. The analysis was fundamental in confirming the urgency of new research in this field and the need for critical discussions regarding educational legislation and theories, trends, and concepts that guide assessment in Early Childhood Education.

Keywords: assessment; early childhood education; concepts; curriculum guidelines; legislation.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las directrices y conceptos de la evaluación en Educación Infantil, considerando trabajos académicos publicados después de la implementación del BNCC (Marco Curricular Nacional Brasileño). Además, busca comprender las implicaciones de estas directrices para la práctica pedagógica. El texto es un extracto de un proyecto de investigación de maestría en curso y presenta una revisión de la literatura. Las búsquedas se realizaron en el Portal de Revistas Capes y en las Actas de las Reuniones Nacionales de la Asociación Nacional de Investigación en Educación (Anped). Este es un estudio cualitativo, ya que requiere especial atención a los aspectos que pueden analizarse. Autores como Kramer (1993), Hoffmann (1991, 1996), Luckesi (1998), Glap (2013), Bogdan (2013), Dorsan (2020), entre otros, apoyaron las discusiones iniciales de este estudio. Los principales análisis y discusiones se centraron en: teorizar sobre la evaluación en Educación Infantil; experiencias, conceptos de evaluación e instrumentos de evaluación; y la legislación pertinente que influye en las prácticas de evaluación en el contexto posterior a la BNCC. Los resultados revelaron un número considerablemente escaso de estudios y que, incluso con la BNCC vigente, otras legislaciones contemporáneas siguen ejerciendo una fuerte influencia en este campo. Los conceptos de evaluación se basan en aspectos descriptivos, objetivos y subjetivos, pero existen discrepancias en su uso. El análisis fue fundamental para confirmar la urgencia de nuevas investigaciones en este campo y la necesidad de debates críticos sobre la legislación educativa, así como sobre las teorías, tendencias y conceptos que guían la evaluación en la Educación Infantil.

Palabras clave: evaluación; educación infantil temprana; conceptos; pautas curriculares; legislación.

Introdução

Este artigo apresenta uma revisão da literatura sobre Avaliação na Educação Infantil, com base em levantamentos realizados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e nos Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped). As pesquisas sobre avaliação na Educação Infantil têm ganhado visibilidade com a ampliação do acesso das crianças às creches e pré-escolas. Isso acontece porque a avaliação se constitui como prática curricular que tem

como propósito a melhoria da qualidade da educação, bem como propiciar o acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

A compreensão acerca da avaliação da aprendizagem escolar deve ser vista como um recurso pedagógico, e não como um objetivo final. Ela é influenciada tanto pela teoria quanto pela prática que a envolvem. “Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica” (Luckesi, 1998, p. 28). Percebe-se assim que a avaliação é um elemento fundamental nas políticas curriculares, e, “nesse sentido, avaliar não é apenas medir, comparar ou julgar. Muito mais do que isso, a avaliação tem uma importância social e política crucial no fazer educativo” (Kramer, 1993, p. 94).

As concepções de avaliação na Educação Infantil que permeiam as políticas de currículo podem influenciar diretamente a qualidade da educação oferecida às crianças, afetando seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. “A educação se alimenta de várias ciências, norteadas por um eixo político e movida pela história. Assim sendo, várias são as fontes de influências às teorias educacionais nelas fundamentadas” (Kramer, 1993). Nesse sentido, Hoffmann (1991, p. 17) enfatiza que “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”.

As contribuições de Kramer (1993) levam à compreensão de que a avaliação está imbricada no seio das políticas curriculares. Trata-se de uma questão socialmente importante, porque o currículo tem compromisso com a formação cidadã e a concepção da criança como sujeito de direito. A organização curricular representa, sem dúvida, um dos principais desafios enfrentados pela escola brasileira. Isso se deve à necessidade de criar uma educação democrática que considere a diversidade de classe social, étnica, de gênero e cultura das crianças, ao mesmo tempo que promove seu desenvolvimento integral e garante o acesso aos conhecimentos fundamentais

O campo da avaliação sofre diversas influências teóricas e epistemológicas. Com isso, atrelado à insipiência de literaturas sobre essa temática, surgem as incertezas em relação às formas de avaliar na Educação Infantil: o motivo da escolha de determinadas técnicas e instrumentos avaliativos em detrimento de outros, quais são os mais indicados para as diversas situações, o que significa realmente a avaliação nessa etapa, de acordo com os objetivos do planejamento. Enfim, é evidente a necessidade de conhecer e ter uma postura crítica e política em relação às orientações e concepções manifestas nos documentos curriculares, uma vez que

“conceber o avaliar implica conceber a criança que se avalia, pois não é uma prática neutra ou descontextualizada” (Hoffmann, 1996, p. 11).

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a principal política de currículo no Brasil, elaborada em meio a tensões e questionamentos, tendo como fundamento a pedagogia das competências, também traz à tona a necessidade de revisitar as práticas de avaliação, que historicamente têm sido reflexo das metodologias e dos paradigmas educacionais em vigor. Esse documento, que estabelece o que os sistemas de educação devem ensinar, considera que a Educação Infantil “é o início e o fundamento do processo educacional”, vinculado ao ato de educar e cuidar e articulado com os conhecimentos das crianças e das práticas pedagógicas. Nesse sentido, não aborda de forma expressa a questão da avaliação, mas traz, de maneira implícita, referências que possibilitam compreender o que se espera que docentes de crianças pequenas e bem pequenas devem fazer para acompanhar e registrar o desenvolvimento e o processo de aprendizagem (Brasil, 2018, p. 34).

A avaliação na Educação Infantil difere das outras etapas do ensino, pois “as crianças apresentam maneiras diferenciadas de vivenciar as situações, de interagir com os objetos e com o mundo físico” (Hoffmann, 1991, p. 83). A ideia sustentada pela autora é que a ação avaliativa na Educação Infantil é totalmente contrária à busca de resultados quantificáveis. Kramer (1993) oferece contribuição nesse sentido, ao afirmar que os critérios básicos que orientam o processo de avaliação nessa etapa de ensino são fundamentais para garantir que essa prática seja efetiva e centrada nas necessidades das crianças, numa perspectiva crítica e social.

Pesquisadoras e pesquisadores que revisaram a produção sobre avaliação na Educação Infantil em diferentes bases de dados verificaram que ainda há escassez de produção científica na discussão dessa temática. Glap (2013), ao realizar um estudo sobre o estado da arte em relação ao tema avaliação na/da educação infantil, no período de 2002 a 2012, constatou que as produções estão mais centradas no processo educativo em sala de aula. Já os trabalhos sobre o contexto mais amplo da avaliação de políticas e programas na educação infantil ainda são escassos.

Outro estudo mais recente sobre a avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, feito por Hemann e Wruck (2022), apresenta um mapeamento do estado do conhecimento das produções acadêmicas oriundas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, disponíveis no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A revisão inicial tinha como foco os bebês, porém, devido à escassez de estudos sobre esse grupo etário, o foco voltou-se para as

produções que compreendem toda a Educação Infantil. Segundo as autoras, a ampliação não trouxe mudanças significativas, e permanece a escassez de pesquisas sobre a temática.

Assim como as políticas educacionais, a avaliação não é um processo neutro. Para Hemann e Wruck (2022), ela envolve diferentes perspectivas, que emergem de diferentes concepções e se entrelaçam com aspectos objetivos e subjetivos, sejam eles curriculares ou metodológicos. O estudo de Glap (2013) chama a atenção para essa complexidade, ao afirmar que o ato avaliativo traz intencionalidades, a depender das perspectivas teóricas às quais são submetidas. A autora conclui que é importante compreendê-la em termos históricos, éticos e epistemológicos, pois os valores construídos culturalmente não são imutáveis.

Trazer revisões anteriores para este estudo evidencia o interesse em contribuir, junto com esses e outros autores, para a produção do conhecimento sobre avaliação na Educação Infantil. O mapeamento das produções permite visualizar as maneiras como as pesquisas acadêmicas têm abordado essa temática, especificamente em um recorte temporal de 2018 a 2024. Para isso, esta revisão tem como objetivo principal analisar as orientações e concepções de avaliação na Educação Infantil em produções acadêmicas publicadas após a implementação da BNCC e compreender suas implicações para a prática pedagógica.

Percorso metodológico

Este trabalho é recorte de uma revisão de literatura de pesquisa de análise documental que vem sendo desenvolvida no mestrado em Educação. Busca estabelecer uma aproximação com os pressupostos da investigação qualitativa, que procura encontrar os “sentidos de um fenômeno” e “interpretar os significados” que lhes são atribuídos (Chizzoti, 1998, p. 80). Nessa perspectiva, “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (Bogdan, 2013, p. 49).

Nesse intuito, foram realizados o mapeamento e a exploração das principais produções relacionadas à avaliação na Educação Infantil, após a implementação da BNCC, e foram selecionados os textos no banco de dados do Portal de Periódicos Capes e da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped).

A revisão de literatura estabelece uma linha de raciocínio que pode guiar a leitura dos pesquisadores, levando-os das premissas às conclusões. [...] com relação à revisão de literatura, é a busca de responder ao seguinte questionamento: o que foi desenvolvido por outros pesquisadores sobre este tema? (Dorsa, 2020, p. 681)

Para a realização da busca avançada no portal de Periódicos Capes, foi utilizado o operador booleano¹ AND em cinco diferentes grupos de descritores, para facilitar a identificação de termos específicos em produções de maior amplitude. Os descritores de busca foram estes: 1º “avaliação” AND “BNCC” AND “educação infantil”; 2º “avaliação” AND “BNCC” AND “campos de experiência” AND “educação infantil”; 3º “avaliação” AND “educação infantil” AND “registro”; 4º “avaliação” AND “educação infantil” AND “registro” AND “BNCC”; 5º “avaliação AND educação infantil AND registro AND acompanhamento”.

A escolha dos descritores procurou evidenciar a temática deste estudo. Os descritores “BNCC” e “campos de experiências” foram escolhidos por conta do contexto investigativo, referente às publicações, considerando o marco temporal de 2018 a 2024, pós-BNCC. Além daqueles anteriormente mencionados, os descritores “registro” e “acompanhamento” são recorrentes nas legislações contemporâneas que tratam da Educação Infantil.

Na primeira busca, a escolha foi pelo tipo de material: apenas artigos científicos. Na segunda, em consonância com os cinco grupos de descritores, foram utilizados filtros e critérios de inclusão, como: artigos científicos com recorte temporal de 2018 a 2024, período que abrange desde a implementação da BNCC nas instituições escolares até último ano de sua vigência; produções nacionais, com acesso aberto, no idioma português, revisado por pares.

A terceira busca pautou-se pelos títulos, resumos e palavras-chave de cada produção selecionada, e foram consideradas para leitura na íntegra apenas as produções que atendessem aos seguintes critérios: artigos focados em avaliação na Educação Infantil; estudos que abordam diferentes concepções de avaliação; pesquisas que discutem implicações das orientações e concepções de avaliação para a prática pedagógica; e estudos disponíveis na íntegra, incluindo pesquisas teóricas/de campo sobre a avaliação nessa etapa, bem como estudos que correlacionam a BNCC com as demais legislações nacionais contemporâneas.

Na revisão de literatura, a definição dos critérios de inclusão e de exclusão é fundamental para assegurar a qualidade e a relevância do estudo. No parágrafo anterior, foram apresentados os critérios de escolha das produções a serem analisadas. Seguem-se os critérios de exclusão delimitados durante as buscas: publicações que não são artigos científicos; publicações datadas de antes de 2018; artigos incompletos; artigos sem revisão de pares; artigos que não abordam a Educação Infantil e a avaliação; artigos de revisão de literatura; resenhas de

¹ Os operadores booleanos são utilizados para buscas em bases de dados. Neste artigo foi usado apenas o operador AND, que significa “E”. Para informações mais detalhadas, ver o texto de Machado (2023): <https://www.academica.com.br/post/operadores-booleanos>.

livros; publicações em outros idiomas; estudos que tratem temáticas irrelevantes ao foco deste artigo.

Em relação ao Portal da Anped, devido à ausência de um sistema de busca semelhante ao da Capes, optou-se pela leitura de todos os títulos dos trabalhos e resumos expandidos (trabalhos publicados nas 39ª, 40ª e 41ª Reuniões Nacionais, tanto no Grupo de trabalho – GT 07 – “Educação de Crianças de 0 a 6 anos” quanto no Grupo de Trabalho “Currículo” – GT 12). A leitura cuidadosa dos títulos permitiu selecionar para leitura os resumos das publicações que continham um ou mais dos seguintes descritores: “Avaliação”, “BNCC”, “Campos de experiência”, “Registro” e “Acompanhamento”. A escolha desses descritores no título evidencia a preocupação com a confiabilidade na busca por trabalhos relacionados aos descritores utilizados na Capes.

Para ilustrar melhor como foi realizado esse percurso, seguem os quadros que mostram desde a seleção inicial das publicações até o quantitativo de trabalhos analisados, tanto nos periódicos da Capes quanto nos da Anped.

Quadro 1 – Buscas no Portal de Periódicos da Capes

DESCRIPTORIOS PARA BUSCA NO PERIÓDICOS CAPES	1ª BUSCA	2ª BUSCA	3ª BUSCA	TRABALHOS LIDOS NA ÍNTEGRA	TRABALHOS ANALISADOS
Descritor 01 "avaliação" AND "BNCC" AND "educação infantil"	15	02	1	1	0
Descritor 02 "avaliação" AND "BNCC" AND "campos de experiência" AND "educação infantil"	02	0	0	0	0
Descritor 03 "avaliação" AND "educação infantil" AND "registro"	69	18	4	4	4
Descritor 04 "avaliação" AND "educação infantil" AND "registro" AND "BNCC"	03	0	0	0	0
Descritor 05 "avaliação" AND "educação infantil" AND "registro" AND "BNCC"	13	02	0	0	0
Total de trabalhos	102	22	05	05	04

Fonte: Produção das autoras, 2025

Na primeira busca no Portal da Capes, foram identificados 102 trabalhos; na segunda busca, ao serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão, esse número reduziu-se para 22 trabalhos; na terceira, para 5 trabalhos; por fim, 4 trabalhos foram selecionados para leitura integral e análise.

Como mostra o quadro a seguir, na Anped, após a leitura dos resumos de todos os trabalhos que continham os descritores selecionados, verificou-se que, ao estabelecer os critérios de inclusão e exclusão já mencionados, quatro foram escolhidos para leitura integral. Dentre eles, um trabalho que aparece no descritor “acompanhamento” se repete no descritor “registro”. Assim, foram consideradas para análise apenas três publicações, duas referentes ao descritor “avaliação” e uma referente ao descritor “registro”.

Quadro 2 – Buscas na Anped

DESCRIPTORIOS PARA BUSCA NA ANPEd	GTs	39ª REUNIÃO NACIONAL	40ª REUNIÃO NACIONAL	41ª REUNIÃO NACIONAL	TRABALHOS LIDOS NA ÍNTEGRA
BNCC	GT 07	01	0	0	0
	GT 12	01	04	05	0
Avaliação	GT 07	0	02	02	02
	GT 12	0	01	02	0
Registro	GT 07	0	0	0	0
	GT 12	0	0	01	01
Acompanhamento	GT 07	0	0	0	0
	GT 12	0	0	01	0
Campos de experiência	GT 07	0	0	0	0
	GT 12	0	0	0	0
Total de trabalhos		02	07	11	03

Fonte: informações produzidas pela pesquisa (2025).

O quadro 3 apresenta o título, a autoria e o ano de publicação dos artigos analisados.

Quadro 3 – Artigos selecionados para análise

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORIA	ANO DE PUBLICAÇÃO
<i>A legislação nacional e a avaliação da educação infantil: processo de indução e panorama municipal.</i>	Edson Cordeiro dos Santos	2023
<i>Avaliar na educação Infantil: afinal, o quê?</i>	Anna Carolina de Souza Feitoza, Fernanda Müller e Maria Fernanda Farah Cavaton	2018
<i>Práticas avaliativas para a aprendizagem de professores numa unidade municipal de educação infantil</i>	Marciel Barcelos, Aline Oliveira Vieira e Wagner dos Santos	2022
<i>Contribuições do registro docente na educação infantil: possibilidades de autoavaliação da prática pedagógica</i>	Richard Ayala Ardila, Jeanne André Rodrigues de Lisboa e Nelyanne André Rodrigues Alencar	2021
<i>O registro na avaliação da aprendizagem como parte do trabalho pedagógico na Educação Infantil</i>	Francisco Reginaldo Linhares Maria da Conceição Costa	2023
<i>Educação infantil: acompanhamento, observação e registro.</i>	Jardilene Gualberto Pereira Fólha	2023
<i>Educação infantil: o que os professores da creche têm a dizer Sobre a avaliação das crianças</i>	Fabiana Goveia Gava e Izabella Mendes Sant Ana Santos	2021

Fonte: Informações produzidas pela pesquisa (2025).

Todas as pesquisas foram produzidas por autores e autoras vinculados a universidades públicas, com destaque para as instituições da Região Sudeste, durante o período de 2018 a 2023. A autoria das publicações é predominantemente feminina: onze mulheres e quatro homens.

Foram realizadas leituras aprofundadas dos textos, com foco nos seguintes aspectos: teorizações sobre avaliação na Educação Infantil; experiências, concepções de avaliação e instrumentos avaliativos; legislações pertinentes que influenciam as orientações das práticas avaliativas no contexto pós-BNCC.

Análise e discussão

Teorizações sobre avaliação na Educação Infantil

A avaliação na Educação Infantil difere daquela das outras etapas de ensino. Assim como as políticas educacionais, o ato de avaliar não é neutro. Carrega diferentes teorizações, de acordo com as diferentes perspectivas teóricas às quais estão submetidas. Gava e Santos (2021), ao buscarem conhecer as percepções de professores e professoras de creches sobre a avaliação na Educação Infantil, destacando os desafios enfrentados nesse contexto, enfatizam a diferença da avaliação na Educação Infantil em relação às demais etapas. Para os autores, nessa fase, é necessário trabalhar a observação nos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, sem medi-los de forma quantificável.

Neste mesmo viés, Fôlha (2023), em um estudo que buscou evidenciar o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento na Educação Infantil e suas relações com o currículo, reforça que nessa etapa a avaliação acontece de forma planejada e articulada com o currículo, concebendo a criança como sujeito histórico, detentor de direitos e saberes. A compreensão acerca da avaliação da aprendizagem escolar deve ser vista como um recurso, e não como um objetivo final. Essa avaliação é moldada tanto pela teoria quanto pela prática que a envolve.

Essa é a mesma perspectiva de Santos (2023). Ao investigar as políticas de avaliação na Educação Infantil propostas pelo Governo Federal, bem como sua aplicação em municípios de um estado da Região Sudeste, percebe que não se pode apropriar de uma avaliação, nessa etapa do ensino, que se restrinja ao aspecto quantitativo, porque isso limita o conhecimento da criança. Segundo o autor, a avaliação da aprendizagem é um processo de observação dos avanços alcançados pelas crianças, tanto individualmente como em interações coletivas.

As crianças, em suas dinâmicas cotidianas, sozinhas ou em grupo, realizam aprendizagens diferenciadas e captadas de maneira muito rápida. Essa lógica infantil tira da zona de conforto a lógica adulta de pensar, organizar e regular as ações das crianças. Pensar em avaliar na Educação Infantil é buscar desconstruir concepções já impostas.

Nessa perspectiva, Ardila, Lisbôa e Alencar (2021) buscaram evidenciar como o registro docente pode contribuir para uma autoavaliação da prática pedagógica. Ao teorizarem sobre avaliação, afirmam que

[...] ao se deparar com esta forma de planejar partindo da lógica infantil e seus interesses, não é possível desvencilhar de uma lógica mais humana de se avaliar, assumindo a postura como aquele que tem o papel primordial de acompanhar o desenvolvimento integral da criança pequena. (Ardila; Lisbôa; Alencar, 2021, p. 49)

A partir dessa concepção de avaliação como processo mais sensível e humanizado, Linhares e Costa (2023) ampliam o debate, ao realizarem um estudo com o objetivo de identificar as concepções avaliativas que orientam a prática docente na Educação Infantil, bem como os instrumentos utilizados pelos professores para avaliar a aprendizagem das crianças nessa etapa de ensino. Os autores consideram que “na avaliação não devemos ter verdades prontas, precisamos sair dos estigmas que rotulam as crianças, por isso se faz necessária a utilização dos registros das atividades [...]”, e acrescentam: “[...] nesse segmento da educação não existe a reprovação do aluno, mas a garantia de um acompanhamento que oriente a sua aprendizagem” (Linhares; Costa, 2023, p. 708).

Para finalizar esta primeira etapa da discussão, os autores Feitoza, Müller e Cavaton (2018) enfatizam a importância da avaliação nessa etapa de ensino, que consideram “fundamental e parte da organização do trabalho pedagógico”. A avaliação como processo contínuo valoriza as particularidades de cada criança. Segundo os autores, a discussão sobre avaliação não é um fato simples, pelo contrário, é preciso ter ciência dos objetivos que se quer atingir. Assim, “não há como escapar da pergunta: o que avaliar? Em nosso entendimento, todos os processos pedagógicos requerem ações decorrentes de reflexões perenes, tanto de educadoras quanto de crianças” (Feitoza; Müller; Cavaton, 2018, p. 324-25).

Nesta parte, os conceitos sobre avaliação na Educação Infantil foram discutidos com base nos estudos analisados. Foi possível constatar que alguns deles convergem com as ideias de Hoffmann (1991; 1996), Luckesi (1998) e Kramer (1993), referências no campo da avaliação. É importante ressaltar que outros aportes teóricos relacionados a práticas avaliativas, instrumentos de avaliação, registro e Educação Infantil também estão presentes nos textos. O

destaque a esses três pesquisadores é particularmente relevante porque eles fundamentam os apontamentos iniciais desta pesquisa.

Experiências, concepções de avaliação e instrumentos avaliativos

As concepções de avaliação na Educação Infantil permeiam as políticas de currículo e impactam diretamente a qualidade da educação oferecida às crianças. Nesta seção, o foco é evidenciar aquelas que mais se destacam nos estudos analisados, além das experiências vividas e/ou observadas ao longo das pesquisas. Esse fator é crucial, pois permite compreender as atuais práticas avaliativas utilizado pelos professores e pelas professoras em diferentes contextos escolares e suas implicações nas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, Fôlha (2023) evidencia que o ato de avaliar, na Educação Infantil, se debruça sobre o acompanhar o desenvolvimento das crianças. É essencial que o processo envolva “a observação, a escuta ativa, o olhar atento, a ação de registrar, diálogos e reflexões sobre as atividades desenvolvidas no cotidiano, bem como seus sentidos e significados” (Fôlha, 2023, p. 2). A autora afirma que as concepções de avaliação na Educação Infantil devem emergir em instrumentos que são contrários a ideais avaliativos classificatórios.

Ao conhecer as percepções de professores e professoras que atuam na creche sobre a avaliação e seus desafios, Gava e Santos (2021) confirmaram, por meio dos depoimentos dos profissionais que entrevistaram, que a mediação e a observação das crianças são fundamentais no processo avaliativo. Porém, nas entrevistas, os autores identificaram as dificuldades que enfrentam na elaboração de instrumentos avaliativos (relatórios ou portfólios), devido ao elevado quantitativo de crianças por turma, o que influencia na mediação, observação e, conseqüentemente, no processo de avaliação.

O estudo de Linhares e Costa (2023) também revela algumas inquietações quanto às concepções de avaliação e aos instrumentos utilizados pelas professoras entrevistadas. Segundo os autores, as professoras mostraram-se atreladas às concepções teóricas defendidas por Jussara Hoffmann, que propõe uma avaliação contínua, porém ficou perceptível a falta de instrumentos avaliativos diversos que propiciem a continuidade mais expressiva da avaliação diária da aprendizagem. Os autores apontaram ainda que as professoras se apoiam em portfólios e fichas individuais, preenchidas apenas no encerramento do bimestre, e que essa forma de avaliar não

condiz com as concepções defendidas por Jussara Hoffmann, trazendo uma discrepância do aporte teórico que sinalizam com a prática avaliativa.

A avaliação na Educação Infantil envolve diferentes perspectivas e concepções. De acordo com Hemann e Wruck (2022), esse envolvimento se entrelaça com aspectos objetivos e subjetivos, sejam curriculares ou metodológicos. Nesse mesmo sentido, Santos (2023) investigou as políticas de avaliação na Educação Infantil propostas pelo Governo Federal e sua aplicação em municípios de um estado da Região Sudeste, com o objetivo de identificar quais estratégias estão sendo neles implementadas. Para perceber os efeitos dos documentos nacionais nas políticas de avaliação, o autor fez a análise dos procedimentos utilizados em cinco municípios e realizou entrevistas.

Ao analisar a pesquisa feita pelo autor, foi possível perceber sua relevância para o campo da educação. Ele constatou que as concepções de avaliação e os instrumentos utilizados têm ocorrido de forma contrária ao que propõem os documentos nacionais. “Em alguns documentos aparece a defesa dos portfólios ou documentação pedagógica como um caminho, mas, na prática, a avaliação acaba acontecendo por meio de *checklist*, ou [...] relatórios/pareceres” (Santos, 2023, p. 6). As inseguranças e até o desconhecimento em relação às formas de avaliar na Educação Infantil revelam-se impasses que foram identificados nas pesquisas analisadas.

Em relação à sistematização da ação avaliativa na Educação Infantil, Paulo Fochi (2018, p. 18) destacam a importância da documentação pedagógica como uma ferramenta de escuta atenta às vozes das crianças. Segundo o autor, essa documentação se organiza em dois níveis distintos. No primeiro, permite construir a qualidade dos contextos educativos, pois possibilita “observar, registrar e interpretar as condições que estão sendo dadas para as crianças viverem o dia a dia na escola”. Já no segundo nível, assume um papel fundamental, ao transformar as trajetórias das crianças e dos adultos em um registro que respeita suas experiências e que “foi altamente refletida em um documento aberto a contestações, diálogo e memória” (Fochi, 2018, p. 20).

Essa é a perspectiva defendida por esse autor, mas muitas instituições, muitos professores e professoras utilizam determinadas técnicas e instrumentos ou formas de registros avaliativos, em detrimento de outros, sem questionamentos. Isso aponta a necessidade de conhecer e ter uma postura crítica e política com relação ao que é posto nos documentos curriculares em relação às propostas de avaliação. O estudo de Barcelos, Vieira e Santos (2022), que objetivou compreender os sentidos atribuídos pelos docentes de uma instituição de Educação Infantil às práticas avaliativas para aprendizagem mobilizadas no cotidiano escolar,

evidencia a complexidade em relação às concepções avaliativas nessa etapa da educação. O percurso metodológico realizado por esses autores buscou, por meio de questionário, compreender os sentidos atribuídos pelos docentes às práticas mencionadas.

O questionário continha 17 perguntas, e as respostas dos docentes fizeram vir à tona várias questões. Os autores verificaram que “[...] as práticas partem de uma concepção de avaliação formativa reguladora”. Observaram ainda “[...] que as opções com menor recorrência remetem a uma proposição avaliativa que busca compreender as aprendizagens das crianças [...]” (Barcelos; Vieira; Santos, 2022, p. 8-10). Nesse contexto, as fichas avaliativas descritivas são utilizadas com frequência, devido ao seu caráter obrigatório, e mesmo quando surgem novas práticas pedagógicas que evidenciam o cotidiano escolar, estas não se constituem como registros avaliativos. Com isso, a concepção avaliativa centraliza-se, de forma linear, na análise do docente, em detrimento das vivências e dos avanços das crianças.

Com o objetivo de ressaltar a urgência de ampliação das práticas avaliativas, para além da concepção avaliação formativa reguladora, esses autores consideram que é necessário potencializar “[...] uma concepção avaliativa que permita perceber, no processo de ensino, as pistas deixadas pelas crianças nas análises de suas aprendizagens” (Barcelos; Vieira; Santos, 2022, p. 11).

Nesse mesmo sentido, teóricos que defendem a concepção da avaliação indiciária, desenvolvida por Perrenoud (2000), veem-na como possibilidade de contribuir no contexto da Educação Infantil. Na sua análise, Barcelos, Vieira e Santos (2022, p. 12) ressaltam que essa noção “[...] se situa na fronteira do saber e do não saber, assim a própria elaboração da ficha avaliativa descritiva [...] poderia potencializar a sua escrita no sentido de dar visibilidade aos ainda não saberes das crianças que se encontram em elaboração [...]”.

As análises apresentam perspectivas distintas sobre avaliação, evidenciando, de maneira intrínseca, que as práticas pedagógicas estão ligadas a um processo contínuo que se faz e se refaz no cotidiano da educação infantil. Nesse viés, Ardila, Lisbôa e Alencar (2021), interessados no processo avaliativo na Educação Infantil, com ênfase na documentação pedagógica, tomaram como objeto de estudo o caderno de observações diárias de uma professora.

Ao final do estudo, os autores perceberam a importância da documentação pedagógica e dos registros do cotidiano como forma de dar voz às produções das crianças. A partir desse fator, concluem que “[...] a Educação Infantil se visibiliza e legitima através destes registros

docentes por não haver provas e por ter como critério de avaliação o registro do desenvolvimento integral infantil” (Ardila; Lisbôa; Alencar, 2021, p. 51).

Para finalizar esta seção, é importante trazer para discussão as contribuições de Feitoza, Müller e Cavaton (2018) que, ao analisarem o conteúdo de 29 registros de avaliação, categorizaram-nos como: descritivos, objetivos e descritivo-objetivos. Nessa análise, os autores chamam atenção para a compreensão sobre as formas de avaliar na Educação Infantil, considerando que as crianças aprendem de forma qualitativa, individual e socialmente. “[...] Portanto, avaliar não significa tentar adequar a criança a padrões preestabelecidos, mas acompanhá-la em seu próprio ritmo, em sua aprendizagem, dando visibilidade ao processo como um todo e não apenas aos resultados” (Feitoza; Müller; Cavaton, 2018, p. 327).

Na análise realizada por esses autores, as avaliações descritivas apareceram em maior número nos registros: 22, dentre as 29 avaliações analisadas. Essa concepção qualifica a criança e as suas ações, tanto no plano individual como no coletivo. Os autores consideram que “avaliar não significa padronizar o olhar sobre os processos das crianças [...]. A ação de avaliar também não pode ser confundida com a de coletivizar a avaliação, já que os registros homogêneos omitem processos individuais de desenvolvimento” (Feitoza; Müller; Cavaton, 2018, p. 333).

Na sua análise, os autores detectaram três avaliações objetivas, que para eles são mais fáceis de identificar, devido à sua estrutura, que pressupõe o comportamento idealizado da criança. “Portanto, observamos que esse modelo avaliativo não trata do desenvolvimento da criança, mas apresenta o produto final alcançado ou não por ela” (Feitoza; Müller; Cavaton, 2018, p. 336).

Quatro avaliações foram identificadas como descritivo-objetivas, pois apresentaram tanto características objetivas quanto descritivas. Assim, apesar de os autores considerarem que as avaliações descritivas são mais adequadas à Educação Infantil, uma preocupação ficou evidente: eles notaram que muito pouco foi informado sobre as vivências das crianças, prevalecendo, ainda que em caráter descritivo, o sucesso ou o insucesso nas conquistas.

Legislações pertinentes no contexto pós-BNCC

A implementação da BNCC introduziu alterações no currículo da Educação Infantil. Este documento normativo estabelece novas diretrizes que estruturam a política curricular em âmbito nacional, determinando que as instituições escolares adequem seus currículos ao que está nela definido. As análises realizadas deixaram bem nítido que, mesmo com a BNCC já em

vigor, outras legislações anteriores e contemporâneas continuam exercendo forte influência tanto no campo conceitual da avaliação na Educação Infantil quanto nas orientações das concepções, práticas e instrumentos avaliativos para essa etapa.

Nesse contexto de análise, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9.394/96), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/98) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI/2009)². Dentre os estudos analisados, apenas um não cita a LDB/96 e as DCNEI/2009. Em relação ao RCNEI/98, dois o citam como referência e abordam a BNCC. Outros documentos e legislações aparecem no contexto das pesquisas, estamos destacando apenas os citados pelo fato de este estudo constituir um recorte de uma pesquisa mais ampla que utilizará esses documentos como base para análise de conteúdo.

A avaliação na Educação Infantil e suas finalidades são abordadas em pesquisas como as de Feitoza, Müller e Cavaton (2018), Linhares e Costa (2023) e Fôlha (2023). As argumentações evidenciam que os estudos estão fundamentados na LDB/96 e nas DCNEI/2009. Os autores ressaltam a importância que as legislações conferem ao acompanhamento e ao registro do desenvolvimento de cada criança, sobretudo pelo fato de essa etapa não contemplar retenção, tampouco promoção para o Ensino Fundamental. Feitoza, Müller e Cavaton (2018) também mencionam o RCNEI/98 como um referencial importante que, junto com outros, estabelece metas e objetivos a serem alcançados pelas instituições de Educação Infantil, principalmente no que se refere à avaliação.

Na Educação Infantil, planejar a partir da lógica da criança e de seus interesses, de acordo com Ardila, Lisbôa e Alencar (2021), é uma forma humanizada de avaliar. Para sustentar essa afirmação, os autores trazem como referência as DCNEI/2009, que preconizam um modo de avaliar que contemple a criança de forma integral e que se legitima através dos registros de desenvolvimento dela. Linhares e Costa (2023) reafirmam essa ideia, apontando outros referenciais, como a LDB/96, os RCNEI/98 e a BNCC/2018 que, para além das DCNEI/2009, também apontam a avaliação da aprendizagem e o registro como importantes instrumentos avaliativos.

Ao investigar as políticas de avaliação na Educação Infantil, Santos (2023) verificou a maneira como os documentos de âmbito nacional influenciam as ações políticas em nível

² Nos trabalhos analisados, evidenciaram-se divergências no que diz respeito às datas de referência das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Alguns autores mencionam o ano de 2009 e outros, o de 2010. Para evitar dúvidas, neste artigo escolhemos utilizar a referência às DCNEI/2009, em consonância com a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. https://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf.

municipal. O autor constou que alguns documentos nacionais são mais utilizados do que outros. Nos documentos municipais analisados pelo autor, o foco das abordagens se deu a partir de conceitos e concepções sobre avaliação, orientações e instrumentos avaliativos referenciados pela LDB/96, os RCNEI/98, as DCNEI/2009 e a BNCC/2018.

A avaliação na Educação Infantil se legitima nas legislações contemporâneas. Sua abordagem fica evidente nesta breve análise. Gava e Santos (2021) enfatizam que “[...] é preciso trazer para o bojo das discussões que a avaliação na Educação Infantil tem sido geralmente fundamentada nos processos de desenvolvimento subdivididos [...] deixando de lado o protagonismo infantil preconizado nas (DCNEI/2009)”. Defendem ainda que “[...] a avaliação do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças sejam coerentes com três postulados: concepção de criança, infância e Educação Infantil” (Gava; Santos, 2021, p. 3).

Apenas duas publicações, dentre aquelas que atenderam aos critérios de inclusão, mencionam a BNCC/2018. As abordagens dos estudos de Fôlha (2023) apontam para os direitos de aprendizagem previstos na base, como garantia de aprendizagem e desenvolvimento. Em outro estudo, conduzido por Santos (2023), a BNCC é mencionada a partir dos campos de experiência que induzem a um processo avaliativo a partir do cotidiano das crianças, de caráter descritivo.

É de grande relevância abordar como essas legislações interagem nesse contexto pós-BNCC. Analisar suas influências nas pesquisas revela a continuidade de alguns princípios avaliativos e a necessidade de reflexão crítica sobre as implicações dessas orientações nos contextos da Educação Infantil. Além disso, é evidente a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre essas legislações para compreender as concepções teóricas que guiam os documentos.

Resultado das análises

Os resultados alcançados nesta revisão demonstram que as pesquisas sobre avaliação na Educação Infantil, no contexto-pós BNCC, estão sendo direcionadas de acordo com as concepções avaliativas previstas nas orientações legais desde a LDB/96. Neste íterim, a partir dos critérios de inclusão e exclusão adotados no percurso metodológico deste estudo, percebeu-se que o quantitativo de estudos contemplados para análise foi consideravelmente pequeno. Este fator precisa ser considerado, diante da relevância da temática, da urgente criticidade frente

às insurgências e contradições em relação à por que, o que e como avaliar a criança na Educação Infantil.

As análises referentes às concepções de avaliação apontaram aspectos objetivos e subjetivos. Ficou evidente também que há avaliações de cunho descritivo, objetivo e descritivo-objetivo. As avaliações descritivas, ao subsidiar-se na documentação pedagógica e nos registros, para alguns autores constituem a melhor concepção a ser utilizada na Educação Infantil. A discrepância, porém, revela-se nos desacordos e/ou desconhecimentos dos professores e das professoras sobre essa concepção.

Em alguns estudos, ficaram nítidos dois fatores de preocupação em relação ao entendimento dos docentes sobre o ato de avaliar na Educação Infantil. Por um lado, os instrumentos avaliativos utilizados revelam grande disparidade em relação às orientações legais e aos próprios teóricos que os docentes adotam como base teórica. Por outro lado, a avaliação descritiva restringe-se apenas a simples relatos, sem sinalizar o desenvolvimento da criança ao longo do processo, sem contemplá-la em todos os aspectos.

Refletir sobre as lacunas evidenciadas é de suma importância para a compreensão de que a avaliação está diretamente atrelada a diferentes visões e teorizações. Além de mostrar que esse não é um campo neutro, diferentes estudos constataram uma lacuna na formação dos professores e das professoras quando o assunto é a avaliação na Educação Infantil. Em relação a esse aspecto, é importante ressaltar que, mesmo não sendo o foco de análise neste texto, ficou evidente que a formação inicial ainda carece da compreensão sobre as diferentes concepções de avaliação e sobre o porquê do uso de determinados instrumentos em detrimento de outros. As pesquisas reforçaram a necessidade de uma formação continuada que aborde essa temática de forma mais efetiva no contexto atual da Educação Infantil.

Ao longo das análises realizadas, ficou claro que, mesmo com a BNCC já em vigor, outras legislações anteriores e contemporâneas continuam exercendo forte influência tanto no campo conceitual da avaliação na Educação Infantil quanto nas orientações das concepções, práticas e instrumentos avaliativos. Trazer como essas legislações interagem neste contexto pós-BNCC foi crucial e de grande relevância. Além disso, é evidente a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre essas legislações para compreender as concepções teóricas que guiam os documentos.

Por fim, essa análise foi fundamental e muito rica no sentido de confirmar a urgência de novas pesquisas no campo da avaliação na Educação Infantil, de uma revisão mais crítica das concepções avaliativas e das orientações contidas nos documentos legais. Em relação aos

aspectos explícitos e implícitos nos textos das políticas curriculares, são urgentes estudos que evidenciem esses aspectos. E por quê? A resposta não é simples, pois avaliar, na Educação Infantil, é mais do que saber manusear instrumentos avaliativos. É preciso apropriar-se das teorias educacionais, das tendências e concepções que orientam a avaliação. É nesta perspectiva que as ações pedagógicas e avaliativas serão estabelecidas e utilizadas de forma crítica e consciente por aqueles que as realizam.

Considerações finais

Este artigo apresentou uma revisão da literatura sobre a avaliação na Educação Infantil no contexto pós-BNCC realizada no Portal de Periódicos da Capes e nos Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação. Por meio das análises, ficou evidente que essa temática é de extrema relevância no campo educacional. Revisões anteriores, aqui mencionadas, constataram a escassez de estudos sobre ela.

Nessa perspectiva, este estudo também coaduna com a necessidade de novas discussões e pesquisas que aprofundem os conceitos de avaliação na Educação Infantil, as orientações e as concepções avaliativas no seio das legislações. Além disso, mostram-se urgentes produções que explorem vieses mais críticos e colaborem diretamente com as instituições escolares, os professores e as professoras, os gestores e as gestoras, o que permite uma reflexão mais aprofundada sobre o ato de avaliar na Educação Infantil.

Esta revisão se insere no contexto pós-BNCC, no qual foram instituídos os direitos de aprendizagem e os campos de experiência na Educação Infantil. É importante destacar que essa abordagem é marcada por imposições veladas, fator que tensiona as proposições curriculares, as práticas avaliativas e ainda pode gerar interpretações reducionistas ou aproximações indevidas de modelos avaliativos escolares mais tradicionais. Assim, torna-se imprescindível que pesquisas futuras analisem de forma crítica a maneira como as propostas da BNCC têm sido traduzidas no cotidiano das instituições, sobretudo no que se refere à avaliação como processo contínuo, formativo e não classificatório.

Por fim, a reflexão sobre as lacunas existentes nesse campo de estudo pode oferecer significativas direções para novos pesquisadores e incentivar novas investigações em outras bases de dados. Desse modo, novos olhares e perspectivas poderão surgir não só no âmbito do

estado do conhecimento sobre o tema, mas também no desenvolvimento de novas produções científicas sobre problemáticas ainda sem respostas.

Referências

ARDILA, R. A.; LISBÔA, J. A. R. de; ALENCAR, N. A. R. **Contribuições do registro docente na educação infantil: possibilidades de autoavaliação da prática pedagógica.** Periferia, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 39–53, 2022. DOI: 10.12957/periferia.2021.66012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/66012> . Acesso em: 3 jan. 2025.

BARCELOS, M.; VIEIRA, A. O.; SANTOS, W. dos. Práticas avaliativas para a aprendizagem de professores numa unidade municipal de educação infantil. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. e68004 , p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/68004> . Acesso em: 3 jan. 2025.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases, nº 9.394**, 1996. Disponível em <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/600653>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. 3 v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB 5/2009. 17 de dez de 2009. Disponível em: https://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 10 jan 2025.

BRASIL. Ministério da Educação, **Base Nacional Comum Curricular**, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal.pdf . Acesso em: 10 de jan. 2025.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Trad.: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho. Baptista. 12. ed. Portugal: Porto Editora, LDA, 2013.

DORSA, A. C. **O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos**. v. 21, n. 4, p. 681-84. Interações: Campo Grande, MS, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/cts4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 28 dez. 2024.

FEITOZA, A. C. de S.; MÜLLER, F.; CAVATON, M. F. F. Avaliar na educação infantil: afinal, o quê? **Revista Educativa – Revista de Educação**, Goiânia, Brasil, v. 21, n. 2, p. 324-34, 2019. DOI: 10.18224/educ.v21i2.5214. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5214> . Acesso em: 2 jan. 2025.

FOCHI, P. (org.) **Documentação pedagógica: concepções e articulações – Caderno 2**. Brasília: MEC/Unesco, 2018. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/01/caderno2-docped.pdf>. Acesso em: 7 set. 2025.

FÔLHA, J. G. P. **Educação infantil**: acompanhamento – observação e registro, 2023. Trabalho apresentado no GT 12 (Currículo). Anais da 41ª Reunião Científica da Anped. Manaus, out. 2023. ISSN: 2447-2808. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_41_31. Acesso em: 2 jan. 2025.

GAVA, F. G.; SANTOS, I. M. S. **Educação infantil**: o que os professores da creche têm a dizer sobre a avaliação das crianças, 2021. Trabalho apresentado no GT 07 (Educação de Crianças de 0 a 6 anos), 2021. Anais da 40ª Reunião Científica da Anped. Pará, set.-out. 2021. ISSN: 2447-2808. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_19_18. Acesso em: 2 jan. 2025.

GLAP, G. Avaliação na/da Educação Infantil: estado da arte 2000-2012. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1359> Acesso em: 3 jan. 2025

HEMANN L.; WRUCK T. J. Produções sobre avaliação da aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 33, p. e08769, 2022. DOI: 10.18222/eae.v33.8769. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/8769>. Acesso em: 7 set. 2025.

HOFFMANN, J. **Avaliação**: mito & desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Editora Mediação, 1991.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996. (Coleção Cadernos da Educação Infantil)

KRAMER, S. (org.). **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 1993.

LINHARES, F. R.; COSTA, M. da C. **O registro na avaliação da aprendizagem como parte do trabalho pedagógico na Educação Infantil**. Interfaces da Educação, [S. l.], v. 13, n. 39, 2023. DOI: 10.26514/interv13i39.6488. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6488>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, A. **Operadores booleanos na revisão de literatura**: usando AND, OR ou AND NOT. jul. 2023. Disponível em: <https://www.academica.com.br/post/operadores-booleanos>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SANTOS, E. C. **A legislação nacional e a avaliação da Educação Infantil**: processo de indução e panorama municipal. 2023. Trabalho apresentado no GT 07 (Educação de Crianças de 0 a 6 anos). Anais da 41ª Reunião Científica da Anped. Manaus, out. 2023. ISSN: 2447-2808. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_47_25. Acesso em: 2 jan. 2025.

SOBRE O/A(S) AUTOR/A(S)

Elísia Samaia Nunes Neves. Mestranda em Educação e Formação Docente pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Docente da Rede Municipal de Educação de Guanambi-Bahia.

Contribuição de autoria: autora.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4580507546698559>

Heldina Pereira Pinto Fagundes. Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Gredhi.

Contribuição de autoria: coautora.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7144753485915650>

Como citar este artigo

NEVES, Elísia Samaia Nunes Lima; FAGUNDES, Heldina Pereira Pinto. Perspectivas da avaliação na educação infantil: uma revisão pós-BNCC. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 4 n. 4, 2025. DOI: 10.22481/redupa.v4i04.18480